

GBT S.A. CONCESSIONÁRIA DE INFRAESTRUTURA PREDIAL E DE SERVIÇOS DE TI
CNPJ/MF 11.738.966/0001-47 NIRE 533 000 1118 - 4

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A DIRETORIA da **GBT S.A. CONCESSIONÁRIA DE INFRAESTRUTURA PREDIAL E DE SERVIÇOS DE TI**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar aos senhores acionistas e ao público em geral, as Demonstrações Contábeis dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014; bem como colocar à disposição dos interessados, a documentação suporte de que trata a Lei 6.404/76, à sua Sede Social em expediente comercial.

Brasília (DF), 30 de janeiro de 2015
ALTERDO GONÇALVES FILHO
 Diretor Presidente - CPF/MF 068.652.673-20

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO		
	2013	2014		2013	2014
ATIVO	142.481.154	66.473.873	PASSIVO	142.481.154	66.473.873
CIRCULANTE	77.205.134	12.744.916	CIRCULANTE	75.606.527	10.755.586
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.896.552	3.134.178	Fornecedores	260.286	583.728
Ressarcimentos a Receber - DATACENTER	72.702.651	8.731.119	Obrigações Sociais e Fiscais	2.403.555	1.369.739
Adtos a fornecedores e Outros	772.760	114.493	Financiamentos	72.799.785	8.798.340
Despesas antecipadas	833.171	765.126	Outras Contas a Pagar	142.901	3.779
NÃO CIRCULANTE	65.276.020	53.728.957	NÃO CIRCULANTE	34.014.901	12.587.728
CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	64.890.586	53.277.156	PASSIVOS COM TERCEIROS	56.021.363	45.155.754
Ressarcimentos a Receber - DATACENTER	64.890.586	53.277.156	C/C Acionistas (Dividendos)	-	1.990.268
IMOBILIZADO	385.434	451.801	Financiamentos	24.453.214	14.627.613
Custo Histórico	438.419	606.238	Arrendamento a pagar	31.568.149	28.537.873
(-) Depreciações	(52.985)	(154.437)	RESULTADOS DIFERIDOS	(22.006.462)	(23.568.026)
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.859.726	43.130.559
			Capital Social	18.000.000	18.000.000
			Resultados Acumulados	20.348.363	22.853.861
			(-) Dividendos antecipados	(6.562.500)	-
			Reserva Legal	1.073.863	2.276.698

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	2013	2014
DISPONIBILIDADE INICIAL	11.138.953	2.896.552
INGRESSOS MONETÁRIOS	238.492.987	138.960.280
Receitas do exercício	44.914.181	62.649.006
Redução realizável a longo prazo	68.951.530	11.613.430
Redução adiantamentos a terceiros	-	658.267
Utilização de tributos a recuperar	679.860	-
Redução de c/ receber clientes	123.947.416	63.971.532
Redução despesas antecipadas	-	68.045
DESEMBOLSOS MONETÁRIOS	246.735.388	138.722.654
Redução de passivos com terceiros	181.277.346	75.716.550
Aumento adiantamentos a terceiros	614.332	-
Aumento despesas antecipadas	833.171	-
Imobilizações no ano	274.285	167.819
Redução resultados diferidos	33.058.653	10.561.564
Dividendos totais	6.562.500	20.348.363
(-) Antecipações descontadas	-	(6.562.500)
Custos e despesas do ano (exceto depreciações)	24.115.101	38.490.858
DISPONIBILIDADE FINAL	2.896.552	3.134.178

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS
Saldos 31/12/2011	18.000.000	-	(55.036)
Lucros de 2012	-	-	678.182
Transferência p/ Reserva	-	33.909	(33.909)
Saldos 31/12/2012	18.000.000	33.909	589.237
Lucros de 2013	-	-	20.799.080
Transferência p/ Reserva	-	1.039.954	(1.039.954)
Saldos 31/12/2013	18.000.000	1.073.863	20.348.363
Dividendos distribuídos	-	-	(20.348.363)
Lucros do exercício	-	-	24.056.696
Transferência p/ Reservas	-	1.202.835	(1.202.835)
Saldos 31/12/2014	18.000.000	2.276.698	22.853.861

3.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa
 São representados pelos saldos de caixa e bancos (R\$ 262 mil) e de aplicações financeiras com prazos originais para resgate iguais ou inferiores a 90 dias (R\$ 2.872 mil). As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.3 - Ressarcimentos a Receber
 São representadas pela contraprestação financeira a receber dos CONTRATANTES decorrente da execução do contrato de construção do empreendimento Datacenter. Seu registro é efetuado de forma idêntica e simultânea ao registro da receita do contrato de construção (vide Nota Explicativa nº 3.1). O saldo é representado pelo valor dos fluxos de recebíveis futuros, e encontra-se atualizado monetariamente pela variação do índice contratual IGP-DI (FGV), pro rata temporis, até a data de 31 de março de 2014.

Não há indícios de ou perdas incorridas sobre os créditos constituídos, e, portanto, não há constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada.

3.4 - Imobilizado de Uso
 Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se houver. As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

3.5 - Demais ativos e passivos
a) Demais ativos realizáveis
 São demonstrados ao valor histórico incluídas as atualizações monetárias até a data do balanço e deduzido da provisão para perdas, quando aplicável. No caso de despesas antecipadas (R\$ 765 mil) referem-se a prêmios de seguros que são rateados à medida dos meses contratados, até seu final.

b) Demais passivos exigíveis
 São demonstrados ao valor histórico por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2014

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
a) Informações gerais sobre a Companhia
 A GBT S.A. Concessionária de Infraestrutura Predial e de Serviços de TI é uma empresa de capital fechado, sediada em Brasília-DF, constituída em 26 de março de 2010, que tem por objeto exclusivo realizar, direta ou indiretamente todas as obrigações constantes dos contratos de Parceria Público-Privada (PPP) e de Arrendamento de Terreno, assinados com o Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal, decorrentes da licitação Concorrência Consórcio Datacenter nº 2009/001, destacando o seguinte: i) a prestação de serviços de arquitetura e engenharia e de construção civil; ii) a prestação de serviços de gerenciamento, manutenção e operação de infraestrutura predial do complexo "datacenter"; iii) a prestação de serviços correlatos a instalação, operação e manutenção do datacenter e concernentes a tecnologia da informação (TI), tais como "hot site", co-location, hosting, BPO, BTO, outsourcing; e iv) a prestação de serviços de instalação e manutenção de fibras ópticas e de outras modalidades de interconexão de redes de informática.

b) Informações sobre a Parceria Público Privada (PPP)
 b.1) Em 15 de junho de 2010, foram assinados os contratos nº 2010/85580188 entre a GBT S.A. e o Banco do Brasil, e o Contrato 1611/2010 entre a GBT S.A. e a Caixa Econômica Federal. Tais contratos, decorrentes da licitação Concorrência Consórcio Datacenter nº 2009/001, tem como objeto:

I - Edificação em imóveis de propriedade dos CONTRATANTES, e destinação, para abrigar profissionais e equipamentos dos contratantes pelo prazo de 15 anos, de um conjunto de áreas e instalações de altíssima disponibilidade, projetadas para funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana, com total controle e integridade da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Telecomunicações nelas abrigadas, independente de variáveis externas. Tais áreas, em conjunto, foram denominadas "Complexo Datacenter", e consistem em áreas de recepção, escritório, quarentena, produção de TI, casas de máquinas, oficinas, sanitários, copas, circulações, heliponto e áreas externas.

II - Gerenciamento, manutenção e operação de infraestrutura predial do "Complexo Datacenter", com vistas a mantê-lo, durante toda a vigência dos contratos, em condições seguras e adequadas para o perfeito funcionamento dos equipamentos dos contratantes lá abrigados, zelando também pela segurança e integridade física das pessoas lá alojadas.

III - Execução e manutenção, durante toda a vigência dos contratos, das interconexões (em duas vias independentes), por malhas exclusivas de fibras ópticas, entre o "Complexo Datacenter" e o atual CPD dos contratantes.

b.2) Pelas atividades listadas acima, a GBT recebe dois tipos de receita: A primeira representada por um ressarcimento referente à incorporação das obras edificadas sobre os terrenos arrendados, enquanto a segunda será referente a prestação dos serviços de gerenciamento e manutenção do "Complexo Datacenter" e da interconexão por fibras ópticas.

b.3) O valor referente ao ressarcimento dos investimentos na edificação totaliza um montante de R\$ 330.403 mil a níveis de até dezembro de 2013. Tais valores são atualizados anualmente (ao final de março de cada ano) pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, tendo como base o mês de abril de 2009. O ressarcimento pela construção é pago mensalmente durante os 15 anos do contrato, sendo que a primeira parcela foi paga no ato da assinatura de um termo em que o contratante aceita a edificação entregue pela GBT S.A., o que ocorreu em março de 2013. Esses valores atualizados até março/2014, menos as parcelas pagas de abril a dezembro de 2014, estão alocados no ATIVO CIRCULANTE (R\$ 8.731 mil) e no ATIVO NÃO CIRCULANTE (R\$ 53.277 mil), sendo assim demonstrados:

	CAIXA ECONÔMICA		BANCO DO BRASIL	CONSOLIDADO
	FEDERAL	BRASIL		
CURTO PRAZO (até 12/2015)	1.665	7.066		8.731
LONGO PRAZO	12.347	40.930		53.277
TOTAIS	14.012	47.996		62.008

A receita referente a prestação de serviços de gerenciamento e manutenção do "Complexo Datacenter" e da interconexão por fibras ópticas, que segue a mesma regra de atualização monetária do ressarcimento da edificação é formada por 5 itens, todos com data base em abril/2009.

- Área de Produção com Custeio Reduzido (336,05 R\$/m2/mês)
- Área de Produção com Custeio Pleno (517,00 R\$/m2/mês)
- Área de Escritório (139,00 R\$/m2/mês)
- Interconexões (174,00 R\$/Pares de Fibras/Km)
- Complemento de Contraprestação (476.249,31 R\$/mês)

A receita referente à prestação de serviços pode variar de acordo com a ocupação do complexo por parte dos contratantes. Nos contratos assinados existe uma previsão de receita que será reconhecida quando faturada. No exercício de 2014, essa receita atingiu R\$ 57.982 mil (R\$ 32.012 mil em 2013).

O "Complexo Datacenter" foi edificado em uma área de 40.000 m2, de propriedade dos CONTRATANTES, cujo terreno foi arrendado à GBT S.A., mediante assinatura do contrato nº 2010/85580189. O valor mensal passou a ser pago pela GBT S.A., à título de arrendamento, a partir da assinatura do "Termo de Aceitação da Edificação". Este valor segue as mesmas regras de atualização monetária dos contratos acima citados e será considerado como custo da construção. No final do exercício, o saldo a pagar era de R\$ 28.538 mil, sem os reajustes contratuais.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base da apresentação
 As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) Moeda funcional e moeda de apresentação
 Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

c) Uso de estimativas e julgamentos
 A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado, a valorização de instrumentos financeiros, e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas pela Administração para a elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

3.1 - Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime de Competência e/ou Caixa, com destaque para os seguintes itens:

a) Receitas e Despesas decorrentes de execução de Contratos de Construção
 A receita pela execução do contrato de construção compreende a quantia inicial acordada e as variações decorrentes de atualização monetária, aditivos, prêmios, penalidades, indenizações e outros acordos contratuais confielmente mensurados e é reconhecida pelo valor justo da retribuição a receber. O reconhecimento da receita é efetuado pelo regime de caixa deduzidos pela proporção dos custos contratuais incorridos em cada etapa da construção e dos custos totais orçados.

b) Custos Diretos
 As despesas de contrato de construção, até a entrega da obra, são reconhecidas nos resultados diferidos quando incorridas. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente nesse resultado. Os custos reconhecidos como despesas compreendem os diretamente incorridos com o contrato de construção específico, tais como: (i) custos com o projeto imobiliário; (ii) custos de mão-de-obra no local da execução do contrato, incluindo sua supervisão; (iii) os custos de materiais usados na construção; (iv) a depreciação de ativos imobilizados utilizados no contrato; (v) os custos para levar ou retirar do local os ativos imobilizados e os materiais necessários à execução da obra; (vi) os custos de aluguel de terrenos, instalações e equipamentos; (vii) os custos de concepção e de assistência técnica que estejam diretamente relacionados com o contrato; (viii) tributos não recuperáveis; (ix) encargos financeiros diretamente relacionados ao empreendimento; (x) os custos estimados de retificar e garantir os trabalhos, incluindo os custos esperados de garantia; e (xi) reivindicações de terceiros.

c) Não são atribuídos como despesa do contrato de construção os gastos não relacionados à atividade do contrato, tais como: (i) despesas administrativas gerais não especificadas no contrato; (ii) despesas de pesquisa e desenvolvimento não especificadas no contrato; e (iii) depreciação de instalações e equipamentos ociosos que não sejam usados em contrato particular.

d) Receita e Despesa Financeira de Juros incorporados
 As receitas e despesas financeiras são registradas pela competência, pro rata temporis, de acordo com a fluência dos prazos contratuais dos ativos e os passivos de origem. A receita financeira derivada do ajuste contratual de recebíveis (contrato de construção) tem seu reconhecimento no resultado diferido apropriado à medida da fluência do prazo de liquidez do empreendimento.

e) Apurações
 Todos esses dados são apurados numa conta de RESULTADOS DIFERIDOS (Passivo não circulante) e à cada RECEBIMENTO EFETIVO, serão transferidos para o RESULTADO DO PERÍODO com os custos proporcionais envolvidos.

NOTA 4 – IMOBILIZADO DE USO (R\$ MIL)			
Descrição	CUSTO	DEPRECIAÇÃO	RESIDUAL
Equipamentos de Comunicação	4	3	1
Veículos	31	1	30
Máquinas, equip. e ferramentas	548	148	400
Equipamentos de Informática	8	1	7
Móveis e Utensílios, Ferramentas	15	1	14
Total	606	154	452

NOTA 5 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS (R\$ MIL)	
Salários e pró-labores	298
IRRF	82
FGTS	40
INSS	175
ISSQN	21
IRPJ/CSSL correntes	739
PIS / COFINS	11
Contribuição sindical	3
Total	1.369

NOTA 6 – FINANCIAMENTOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO

a) Em 27 de janeiro de 2011, a GBT S.A. emitiu Cédulas de Crédito Imobiliários referente às 180 parcelas mensais de ressarcimento da edificação do "complexo Datacenter". Nesse mesmo dia a companhia cedeu as primeiras 56 parcelas do total de 180, para a Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC, a taxa de IGP-DI + 8,35% a.a. o que resultou em uma captação de (R\$ 204.906 mil), que após o pagamento das taxas e comissões de estruturação/distribuição aos agentes envolvidos, totalizou uma captação de (R\$ 200.264 mil). Esse valor acrescido das atualizações e deduzidos dos pagamentos efetuados a rubrica FINANCIAMENTOS no PASSIVO (sendo R\$ 8.798 mil a curto prazo e R\$ 14.628 mil a longo prazo, totalizando R\$ 23.426 mil).

b) A operação tem como garantias a contratação de seguros e fiança corporativa das acionistas da GBT, assim como os mecanismos de retenção dos recursos na conta vinculada da CIBRASEC e sua liberação somente mediante apresentação dos relatórios de mediação das obras durante seus desenvolvimentos.

c) Os rendimentos financeiros, as despesas financeiras e os ajustes a valor presente, de (R\$ 2.999 mil) dessa operação, foram deduzidos e/ou agregados ao CUSTO DE OBRAS, diferido.

NOTA 7 – DIVIDENDOS

A sociedade não provisionou dividendos, que serão estabelecidos pela Assembleia Geral. Durante o ano, efetuou pagamentos, a título dessa rubrica, de (R\$ 17.786 mil), sendo R\$ 20.348 mil de dividendos efetivos, menos (R\$ 6.562 mil) adiantados em 2013.

NOTA 8 – CAPITAL

De R\$ 18.000 mil é representado por ações ordinárias nominativas, estando totalmente integralizado.

NOTA 9 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Contingências
 Informamos que não há contingências ativas nem passivas em nome da Companhia, até a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

b) Benefícios pós-emprego
 Informamos que não há plano de benefício pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e/ou assistência aos empregados e administradores.

c) As responsabilidades por obras e outras, estão cobertas por SEGUROS, devidamente contratados com seguradoras de primeira linha.

Alterdo Gonçalves Filho Diretor Presidente CPF/MF 068.652.673-20	Renato da Costa Moura Diretor Administrativo Financeiro e de Controle CPF/MF 354.223.781-72
---	--

DIRETORIA	CONTADORA	
ALTERDO GONÇALVES FILHO Diretor Presidente CPF/MF 068.652.673-20	RENATO DA COSTA MOURA Diretor Administrativo-Financeiro e de Controle CPF/MF 354.223.781-72	CONSISTEC Consultoria e Assessoria Ltda. CNPJ/MF 04.594.738/0001-85 - CRC-DF 000912/O-7 MARIA DE LOURDES AFONSO CRC GO 001.863/O

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

ILMOS. SRS. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS
GBT S/A – CONCESSIONÁRIA DE INFRAESTRUTURA PREDIAL E DE SERVIÇOS DE TI / BRASÍLIA - DF

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **GBT S/A**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados

nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia.

5. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

6. O entendimento de incidência apenas de IRPJ e CSSL sobre o ganho, com ressarcimento de obras está lastreado nos termos contratuais, em consultas públicas efetuadas e reforçadas pela MP 575, que altera a Lei das PPP de nº11.079 de 2004. Por esses entendimentos, não há incidência de PIS, COFINS e ISSQN, sobre esse tipo de ressarcimentos, quando lastreados em contratos de PPP (Parceria Público Privada) como é o caso.

7. Os contratantes (B. BRASIL / CEF) reajustam os contratos de ressarcimento de obras (nota 3.1) apenas na data de aniversário (março de cada ano). A última

atualização foi efetuada em março/2014 e a próxima será em março/2015. Assim, os reajustes pró-rata do período de abril a dezembro de 2014, somente serão apurados e contabilizados em março de 2015. O mesmo princípio foi aplicado pela CIBRASEC (nota 6), deixando-se, nesse caso, de registrar os encargos financeiros (despesas) do período de abril a dezembro de 2014. Em ambos os casos, os valores serão acrescidos aos resultados diferidos (receitas e custos) e assim, não surtiriam efeitos nos lucros do exercício de 2014.

8. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira da **GBT S/A** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9. As demonstrações de 2013 foram auditadas por nós, estando aptas para sua formatação comparativa.

Brasília (DF), 31 de janeiro de 2015.

AUDIMAX AUDITORIA E PERÍCIA S/S CNPJ/MF 03.382.343/0001-56 CRC/GO 0999/O-7	WALKÍRIA DA SILVA ALENCAR CPF/MF 374.859.621-91 CT CRC/GO 11.601/O-6 CVM 11.436
---	--